

ARTIGO

**RELAÇÕES POLÍTICAS E ETÍLICAS EM UMA SOCIEDADE NO NOROESTE
MATOGROSSENSE**

**RELACIONES POLÍTICAS Y ÉTICAS EN UNA SOCIEDAD DEL NOROESTE DE
MAOGROSSENSE**

**POLITICAL AND ETHYLIC RELATIONS IN A SOCIETY IN THE NORTHWEST OF
MATOGROSSENSE**

Edmar Fonseca das Neves¹

RESUMO:

Neste ensaio é proposto a discussão quanto ao estigma do alcoolismo e os processos sociais entre indígenas e não indígenas em Juína-MT. Tendo em vista, discorrer sobre interfaces do alcoolismo sob a percepção da cultura e religião no território; tendo uma análise comparativa da utilização e o aumento do consumo de álcool no município como objetivo, ao apontar leis e políticas públicas que devam amparar e/ou amenizar os impactos sociais da população.

PALAVRAS-CHAVE: Alcoolismo. Indígenas. Juína.

RESUMEN:

En este ensayo se propone una discusión sobre el estigma del alcoholismo y los procesos sociales entre indígenas y no indígenas en Juína-MT. Con miras a discutir las interfaces del alcoholismo bajo la percepción de la cultura y la religión en el territorio; con un análisis comparativo del uso y aumento del consumo de alcohol en el municipio como objetivo, señalando leyes y políticas públicas que deben apoyar y/o mitigar los impactos sociales de la población.

¹ Professor interino da rede estadual matogrossense de ensino. Mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ-UCAM.

PALABRAS CLAVE: Alcoholismo. Pueblos indígenas . Juína 3.

ABSTRACT:

In this essay, a discussion is proposed regarding the stigma of alcoholism and the social processes between indigenous and non-indigenous people in Juína-MT. With a view to discussing the interfaces of alcoholism under the perception of culture and religion in the territory; with a comparative analysis of the use and increase in consumption of alcohol in the municipality as an objective, by pointing out laws and public policies that should support and/or mitigate the social impacts of the population.

KEYWORDS: Alcoholism. Indigenous people. Juína.

1 - INTRODUÇÃO

O território em observação é um município colonizado durante o período da Ditadura Militar e que se emancipou em 1982, planejado e desenvolvido em meio a Selva Amazônica para ser um polo urbano que viria interligar Vilhena-RO à Aripuanã-MT por uma estrada (AR-1, atual MT173). Sendo que, essa via e parte da delimitação do município correspondem a 60% do território estabelecidos em territórios indígenas; constituindo uma sociação² (Moraes Filho, 1983), nos mostrando relações sociais que nitidamente promovem uma colonialidade de poder enraizada na cultura desta sociedade.

E ao descrever os grupos sociais presentes no território, traça-se uma etnografia do que vem a ser o cidadão juinense. Visto que, apesar de diversos grupos presentes no território, e suas peculiaridades identitárias, de 1982 em diante, criou-se um perfil social que transpassa por todos os subgrupos originários e de imigrantes, o cidadão juinense. Este sim, é o que se busca com a etnografia, dar luz ao seu processo cultural e a escolha do álcool sob uma reflexão conceitual crítica; em que, julgamentos arreigados de significados vêm hierarquizar personagens sociais e relações no município.

Em seguida, na próxima sessão deste ensaio, é proposto uma correlação de escala nacional com a municipal em referência ao aumento do consumo de álcool. Tendo em vista que, o lazer e a religião são indicadores desta observação empírica

² Conceito de interação social dado por Georg Simmel em sua análise sociológica da sociedade estabelecidas por conflitos.

no território; pois ambos impactam nos aspectos das relações sociais, econômicas e políticas no município.

Já na terceira sessão do texto é onde ocorrerá a discussão quanto as Políticas e Legislação sobre drogas, contextualizando os impactos sociais observados neste ensaio e em teoria, o papel laico do Estado nestes processos. Contudo, compreende-se que este ensaio cumpre apenas um papel acadêmico e que não inferirá no plano real, ao menos que haja empatia e vontade política dos gestores do executivo nas três esferas em mudar este quadro da saúde pública.

Este ensaio é fruto de três anos de observação por imersão na cidade, sendo que apesar de muitas conversas, as entrevistas e leituras foram realizadas no último ano por objetivo de dissertar sobre as memórias dos pioneiros/colonizadores quanto ao processo de colonização. Dentre elas, identificar os relatos quanto a presença, conflitos, e socialização deste grupo imigrante com os povos originários que nestas terras já estavam. Com isso, desde relatos até nos encontros para entrevistas, são oferecidas bebidas alcólicas e não alcólicas como forma de cortesia; deixando claro que o alcoolismo só é prejudicial quando expõe ao ridículo ou leva a pessoa perder os atributos necessários para vida social.

Assim, apesar de eu ser carioca, professor e um consumidor de bebidas alcólicas, teria um estigma bem negativo se ficasse embriagado publicamente; mas deste modo, como outras figuras/personagens de respeito social na cidade, que consomem em suas residências até não aguentar sair da cadeira para ir deitar-se, não são vistos e nem julgados por seus excessos. Logo, incita-se reflexões: o alcoolismo é negativo? Os excessos são aceitos até que momento? A bebida alcólica faz parte da cultura local? Tem pontos positivos e/ou negativos com este consumo excessivo? Estas e outras questões que se busca discorrer e provocar novas escritas sobre esta característica peculiar do povo juinense e seu modo de vida.

2 – O CULTURALISMO ETÍLICO NO TERRITÓRIO

O Culturalismo é uma abordagem ontológica e epistemológica que visa eliminar dualismos, sob a premissa de que a natureza e a cultura são realidades opostas; e

que o antropólogo Franz Boas introduziu o paradigma do relativismo cultural, que vai contra a classificação hierarquizante das culturas com base nas suas diferenças culturais. Visto isso, discorrerá-se neste ensaio sob a ótica da “concepção boasiana de cultura que tem como fundamento um relativismo de fundo metodológico, baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu” (Boas, 1963 p.18) E de fundamental importância a ser ressaltado a compreensão deste antropólogo quanto a se atentar as diferenças entre populações de origens diferentes; é “importante considerar não suas supostas características ‘raciais’, e sim o efeito de outras variáveis, como o meio ambiente e especialmente as condições sociais em que vivem estas populações”. (p.19)

Quanto ao território, Juína é colonizada em sua maioria por migrantes sulistas (1978-1982), planejada pela CODEMAT S/A³ para dispor de uma economia baseada na agricultura, pecuária e extrativismo de madeira por sua base colonizadora; mas em pouco tempo recebeu mais brasileiros de outras regiões do país durante o grande “boom” (1986-1994) do extrativismo mineral que foi abundante na região. Não abstendo-se da presença dos povos originários, cabe sinalizar que desde antes deste processo colonizador já havia três etnias que já residiam, caçavam e disputavam territórios sazonalmente por subsistência de seus povos: Cinta Largas, Enawênê-nawê, e Rickbaktsa.

Literalmente a criação de um centro urbano em meio a selva em período que o rádio era o meio de comunicação mais rápido, em que transportes rodoviários eram escassos e durante períodos de chuva tinham enormes atoleiros por dias afio até chegar ao destino, fazia o transporte aéreo ser mais eficiente e de acesso apenas dos que dispunham de poder político e/ou econômico; em que deixa visivelmente a constituição cenográfica deste ambiente à qualquer observador das condições sociais em que os pioneiros do território passaram até a modernidade alcançar o município. Visto que, assim como os pioneiros passaram pelo processo de adaptação e desenvolvimento do território; os povos originários tiveram impactos desta modernidade acelerada em meio as suas terras.

³ Empresa Colonizadora Estatal - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso

Tendo em vista que, a energia elétrica só veio ser distribuída normalmente a partir de 1981⁴ no meio urbano em Juína, e que por mais alguns anos as regiões fora do centro ainda dispunham de luz por meio de gerador à diesel com horário restrito inclusive na parte da noite; em que pôde confirmar relatos dos mais antigos moradores quanto aos tipos ocupação da população nos tempos livres, que eram de se reunir para conversar com vizinhos mais próximos e socializar bebendo algo como: chimarrão, tereré ou pinga (cachaça). E posteriormente, com o desenvolvimento e crescimento populacional, festas/bailes promovidos nas vilas rurais por associações de pequenos agricultores ou grupos da igreja católica; danceteria no centro urbano, jogos de futebol nos fins de semana, rodeio anualmente ou semestralmente com provas do segmento esportivo; pescaria, caça, e churrascos domiciliares ou em beira de rio que eram as opções de lazer no município.

Independente do estilo musical ou da origem de natalidade do cidadão que ia aproveitar do seu momento de lazer no tempo livre, tinha um ponto de interseção de todas as atividades citadas, que eram os consumidores de bebidas alcólicas. Visto que, independentemente do lazer da pessoa (em sua maioria homens), o consumo etílico fazia parte da socialização; aspecto este que reflete até dias atuais em gerações posteriores, e inclusive, apesar do sistema patriarcal dispor de fortes raízes no município, ter a participação de mulheres mais jovens consumindo bebida alcóolica e desfrutando muitas vezes destas opções de lazer em grupos formados apenas pelo sexo feminino se tornou comum.

Contudo, cabe retomar ao processo de colonização e dar luz a dois aspectos ainda relacionados a cultura do consumo de bebidas fermentadas (alcólicas) por parte dos povos originários; visto que, milenarmente os humanos em sua organização social já usavam estes tipos de bebida em sua dieta alimentar, em rituais e celebrações culturais. Fernandes (2002, *apud* Mota 2008, p.81) destaca que a embriaguez não era um fenômeno desconhecido dos nativos brasileiros. Mas sim, por ser processo de cozimento de tipos de alimentos e por vezes chegarem a ficar até três dias para consumo de seu povo em sua prática alimentar cotidiana, chegavam a fermentar antes da refeição programada; pois Fernandes (*ibid*) continua a dizer que:

⁴ Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniao/historia-da-energia-eletrica-em-mt-iii/424737>

o preparo de tais bebidas era exclusivamente das mulheres da tribo que chegavam até influenciar a maneira pela qual seriam consumidas. As sessões de embriaguez guardavam uma profunda relação com a guerra e a vingança entre as tribos. Nestas bebedeiras, os índios recordavam suas vitórias em batalhas contra tribos inimigas e, em algumas ocasiões, ocorria também o canibalismo.

No caso dos povos originários de Juína, a chicha⁵ é o tipo de bebida que poderia ser comparado ao papel etílico das bebidas dos não indígenas. Porém, cabe sinalizar que nem todos os povos faziam uso ao ponto de fermentação para embriaguez, e que em cada povo é percebido o uso dela de uma forma cultural diferente; em exemplo, os Enawenê-nawê são avessos a bebida alcóolica (IPHAN, 2006), enquanto os Rickbacktsa (Utumy e Leão, 2018) e os Cinta Larga (Dal Poz Neto, 2004) têm a chicha presente em sua alimentação desde muitas gerações, tanto na dieta como em rituais.

Contudo, a aproximação dos não indígenas durante o segundo ciclo da borracha⁶, posteriormente com garimpeiros e agentes da colonizadora nos arredores das aldeias, percebesse que houve (estrategicamente) acesso e em seguida aderência de uma fração masculina dos indígenas as bebidas alcólicas industrializadas trazidas por estes trabalhadores para dentro da mata. Mota (2008) sinaliza em seu trabalho que não havia comercialização nem tecnologias para estocagem destes vinhos nativos (chicha) e tão logo “o consumo patológico e crônico por parte dos indígenas só veio configurar-se após o contato com os colonizadores a partir da intensa oferta de bebidas destiladas e da prática da troca de cachaça por favores, serviços e proteção.” (p.81)

Tanto que, apesar das bebidas etílica serem oferecidas pelos seringueiros (em sua maioria nortistas) por sua cultura de hospitalidade e de socialização (Parente, 2018), e os garimpeiros (em sua maioria nordestinos e mineiros) utilizarem durante o trabalho para espantarem o frio durante seu ofício dentro d’água desde madrugada até o entardecer (Santos, 2013); estabelecimentos como bares e cabarés se propagaram para atender este público, que conseqüentemente proporcionou o

⁵ Tipo de bebida muito apreciada entre os indígenas. O fruto é colocado em um pilão e socado com caroço. Depois é colocado em uma panela e levado ao fogo para ser fervido. Depois de cozido, é retirado do fogo para esfriar e é servido, podendo ser adoçado com mel de abelha

⁶ Processo de extração de látex em meio as matas nativas durante a década de 1940.

aumento da circulação de dinheiro e da violência em reflexo do consumo em excesso de bebidas alcóolicas em qualquer horário do dia. Visto isso, criou-se um estigma negativo sob a imagem deste perfil de trabalhador que a própria empresa colonizadora de Juína estipulou uma divisão social; deixando claro que os colonos que buscaram recursos neste ramo “só foram garimpeiros enquanto trabalharam no garimpo”. (Santos, 2013 p.6) Caracterizando assim, uma imagem negativa/pejorativa ao indivíduo que atuava neste segmento e que êxodo populacional foi dado por profissionais migrantes do garimpo que já quando a prática não dava ganhos aos que não mecanizassem e legalizassem seu serviço, se foram da cidade em busca de novos garimpos.

3 – ALARGAMENTO DO PODER E DO CAPITAL PELO VIÉS ETÍLICO

É importante pensar em números monetários o que representou a abertura de uma cidade em meio a mata virgem, e para além do quanto se depredou, também o quanto se lucrou com o processo de abertura da estrada e a organização fundiária que veio desenvolver o Projeto Juína. Tendo em vista que, obrigatoriamente para construção ocorrer, foi necessário derrubada de muitas árvores seculares e se não milenares, em que tinham alto valor monetário por sua madeira; e que muitas destas estavam em terras indígenas, sendo proibido desde a derrubada destas árvores, quanto mais a comercialização delas.

Contudo, não é de hoje que os não indígenas buscam desenvolver a extração vegetal e mineral em terras indígenas que já em época eram registradas como reservas ambientais; e para conseguir o que almejavam, foram das estratégias mais horrendas como genocídio até as mais sedutoras chances de enriquecimento financeiro com participação dos lucros a lideranças indígenas. No primeiro caso houve relatos de um povo inteiro ser dizimados antes do início do Projeto Juína ser implementado, mas também durante o processo houve aqueles madeireiros/fazendeiros/empresários que propuseram acordos financeiros a determinadas lideranças e que vieram a gerar rupturas em determinados povos, dando origem a novos clãs na mesma aldeia ou quando não em um novo espaço. (Pires, 2009)

Tal observação se dá ao fato de um estereótipo pejorativo aos indígenas quanto ao consumo excessivo de bebidas alcóolicas, inclusive os assimilando a “crianças grades quando bêbados”.⁷ Em que se visto por uma ótica estratégica de dominação, em que a oferta/acesso de uma bebida que embriaga proporciona um estado físico debilitado e vulnerável cognitivamente, em que vai desde mudança de comportamento vindo a ser agressivo demasiadamente até apatia por confusão mental. Logo, um invasor/colonizador/dominante que consegue evitar o conflito ou justificá-lo simplesmente por induzir o comportamento do seu inimigo, já tende a ter maior vantagem independente se o objetivo for extração de matéria prima, expansão de fronteiras/terras, e/ou controle do território.

Haja visto que tal prática nunca foi ética e nem saudável, que a Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 dispõe o Estatuto do Índio e que traz em seu capítulo II no artigo 58 que constitui como crime o ato de propiciar o uso e/ou disseminação de bebidas alcóolicas nos grupos tribais (povos originários). Contudo, independentemente de qual foi a situação que levou a entrada das bebidas etílicas industrializadas em meio a selva, há recorrência e este é um ponto a ser observado como um fato social; pois em entrevistas com os moradores mais antigos das vilas rurais de Juína que estão mais próximas as terras indígenas e mantinham contato desde sempre com os povos originários que ali estavam, afirmam que foram os indígenas que por muitos anos mantiveram a circulação de dinheiro nas mercearias e botecos através da compra de bebidas alcóolicas ou de mantimentos industrializados que são básicos para alimentação (óleo, sal, macarrão, extrato de tomate, arroz, etc.).⁸

Eis que é necessário a reflexão sobre tal fato social e a participação do indígena na sociedade capitalista: Como em tal época o indígena dispunha de dinheiro para realizar compras? Através das entrevistas foi possível saber que o povo Rickbaktsa por exemplo que já falava a língua portuguesa, veio a montar uma serralheria em uma das suas aldeias e por meados da década de 1980 já começaram a vender suas castanhas; porém, o povo Cinta Larga que compreendia pouco a língua do não indígena e o Enawenê-nawê que até dias atuais só os mais velhos ou lideranças dominam a língua oficial do Brasil, não seguiram estas práticas e ainda assim há

⁷ Narrativa feita por pessoas diferentes, em assuntos distintos durante pesquisa de campo nos distritos de Terra Roxa e Fontanilhas, ambos em Juína-MT.

⁸ Informação adquirida durante as pesquisas de campo no distrito de Fontanilhas, Juína-MT.

relatos de que eles dispunham de dinheiro desde antes da Política Pública em que recebem um benefício financeiro pelo Estado.

O dinheiro significou poder para tais povos? Houve empoderamento da cultura globalizada pelos indígenas, devido aquisição do dinheiro? Foi estratégia gerar demanda ética nos povos isolados? Os não indígenas são vistos da mesma forma que os indígenas na ocasião que estão embriagados? Há interferência na política local o consumo de bebidas alcólicas pela população? Quais impactos são observados pelo consumo excessivo de bebidas alcólicas pela população em Juína? Estas perguntas que nos forcem a refletir em hipóteses tão pertinentes, se apresentam necessárias quando se configuram em relações de poder político e principalmente nas construídas pelo capital.

Em relatos de pioneiros de Juína, consta que o Sistema de Saúde por ser bem precário na cidade, personagens políticos agilizavam (por obrigação ou por troca de favor/voto) transporte aéreo para atendimento na capital Cuiabá-MT. Porém, se caso a demanda fosse para algum dos integrantes dos povos originários, ficava a encargo da FUNAI⁹ de agilizar a resolução. Contudo, tal situação se faz importante a observação de até onde é possível dispor da influência do poder político e importância do dinheiro; pois apesar dos indígenas disporem de recursos para comprar bebidas alcólicas e mantimentos, não tinham recursos necessários para transportarem em tempo quando situações emergenciais ocorressem.

Tal referência se faz necessário devido aos impactos na saúde pública e na segurança pública do município que ocorrem mediante aos altos índices de acidente de trânsito (principalmente moto) e violência contra mulher¹⁰, em ambos os casos registros notificados pelo poder público acusam que em maior parte das vezes são ocorrência com embriaguez. Visto que, tais ocorrências de trânsito com membros de famílias que dispõem de recursos, vão para unidades hospitalares particulares e/ou até mesmo os que não dispõem e vão para a Unidade de Pronto Atendimento 24h municipal, são atendidos inicialmente pelo SAMU¹¹ que é um fruto de uma política

⁹ Fundação Nacional do Índio

¹⁰ Durante uma pesquisa quanto a violência contra mulher e o Projeto da Lei Maria da Penha feito pela Polícia Militar do Mato Grosso, obtive acesso a tais informações através de conversas com a equipe do patrulhamento; e junto a psicóloga do Centro Especializado de Assistência Social que atuam em Juína.

¹¹ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

pública e mantido por recursos públicos. Logo, bebida alcóolica e direção de veículos motorizados (motos, carros, caminhonetes, caminhões, jet ski, barcos e lanchas) é uma combinação que custa caro aos cofres públicos e por ser realizada por várias gerações é que seguem até dias atuais; em grande parte por negligência do cidadão em querer exercer sua macheza e em outras em virtude de prática cotidiana/cultural/histórica há condescendência da fiscalização sobre o fato.

Para além da situação dos impactos financeiros na saúde pública, é possível também observar que houve um alargamento considerável no mercado de bebidas alcólicas no Brasil e em Juína principalmente em plena pandemia, em que o cenário de 2021 foi um ano com o mercado completamente imprevisível; primeiramente por ter sido transcorrido do início ao fim em situação pandêmica no Brasil e no mundo depois de um século, e por ter sido um período bem conturbado com a inflação bem alta e de pouco dinamismo para a economia brasileira.¹² Contudo, a maior cervejaria do Brasil, a AMBEV, registrou um lucro de 63% no 4º trimestre de 2021¹³ enquanto o setor industrial brasileiro como um todo registrou contração em dezembro do mesmo ano; com o pior desempenho desde o segundo semestre de 2020, tachado como “condição delicada” para especialistas.¹⁴

Já em Juína, até o fim de 2018 o município dispunha de 5 distribuidoras de bebidas formalizadas junto a Prefeitura, enquanto 2022 já inicia com 46 estabelecimentos regularizados. Haja visto que, mediante as medidas sanitárias de *lockdown* sancionadas pelo Governo Estadual e acatadas pela Prefeitura de Juína, geraram resistência e manifestações por uma parcela significativa da população urbana; pois quase toda totalidade das pessoas que foram contra as medidas adotadas são apoiadoras do atual Governo Federal e desconsideravam os impactos do CORONAVÍRUS¹⁵ seguindo o discurso do Presidente da República. Contudo, com as flexibilizações das medidas sanitárias ao longo do ano, os bares e restaurantes ainda sim tiveram que reduzir em 50% seu atendimento para se enquadrarem e não serem multadas pelos órgãos fiscalizadores; levando assim, os consumidores

¹² Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/portal/utg/EstudoEconomico.pdf>

¹³ Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2021/empresas/ambev-aumento-vendas-4o-tri-cerveja-encarecer-2021/>

¹⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/industria-do-brasil-fecha-2021-com-queda-e-em-condicao-delicada-mostra-pmi/>

¹⁵ Coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2.

assíduos de bebidas alcólicas encomendarem e beberem em residências ou em locais que não houvesse fiscalização pública.

Tal situação levou pressão ao Governo municipal e criou-se um clima de tensão por parte de empresários apoiadores/investidores da campanha do Prefeito, pois a reivindicação foi dada primeiramente quanto ao prejuízo econômico em manter fechado ou com redução de público os estabelecimentos que não eram essenciais e o julgo deste grupo de quão absurdo foi a implementação da Lei Seca¹⁶ (sem venda de bebidas alcólicas) por uma semana e depois prorrogada por mais outra. Com isso é cabível outra indagação: o aumento de distribuidoras está correlacionado diretamente a demanda e cultura etílica da população ou há chances de ter algum mecanismo financeiro que propicie o poder político econômico no local?

4 – ALGUMAS PERCEPÇÕES TEÓRICAS SOB O PROTAGONISMO ETÍLICO

A percepção etnográfica traçada aqui permite os parâmetros da Veena Das (2020), em que a autora assinala a “atração quanto a ideia de que as fronteiras entre o ordinário e o evento são delimitadas em termos do fracasso da gramática do ordinário” (p.30); visto que, “segue uma proposta de descrever o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória de tais eventos está guardada em relacionamentos existentes.” (ibid) Mas não coube aqui relatar empatia pelos subgrupos que vieram compor o cidadão juinense, primeiramente por não estar no mesmo tempo cronológico dos fatos ocorridos e em seguida, pelo fato de não ter conhecimento ou identificado de traumas coletivos no que tange o social. Contudo, viu-se necessário contextualizar a prática de consumo etílico na cultura e na história, ao buscar desde as ações/relações na colonização, nas relações políticas num sentido de mostrar que a bebida alcóolica é tão presente nos traços culturais juinenses, que não há razão para se achar que os excessos são sazonais ou esporádicos.

Para as ações inconsequentes das pessoas que misturam bebida com direção de automóveis em uma possível (popular) interpretação fantasiosa de que nada dará errado devido a serem conscientes (apesar de embriagados) e de que nada de mal ocorrerá devido a Deus proteger os bêbados; cabe a reflexão de Mattijs (2020) em

¹⁶ Disponível em: <https://www.cdljuina.com.br/Noticias/Ascom-cdl-juina-orientam-decreto-municipal-0452021---municipio-de-juina/>

seu filme “O corpo não fecha”, em sua fala sobre a fantasia. O antropólogo apesar de “considerar que chamar algo de fantasia não é dizer que algo não seja real” e de indagar “o que faz a fantasia ser tão convincente?”, põe em xeque um possível imaginário destas pessoas. Visto que, seu documentário trata sobre a fé depositada em rituais de candomblé que “fecha o corpo” da pessoa contra qualquer mal que possa vir ocorrer, nos remete a duas observações inevitáveis: Em Juína não há terreiros de candomblé, deduz-se que esta cultura de “corpo fechado” não deveria ser atribuída como uma possível fantasia nesta sociedade; qual a origem dos fundamentos que levam estas pessoas (em suma maioria homens) da sociedade juinense a depositarem sua fé numa proteção divina em tal situação?

Mariz (2004), em seu texto *Embriagados no Espírito Santo*, traz a percepção pentecostal quanto o alcoolismo, mostrando que para este segmento religioso constituído em uma sociedade capitalista urbana e industrial na sua essência, considera a pessoa que consome bebida alcóolica como pecadora/profana e que tem uma doença no espírito. Apesar da grande atuação da igreja católica no processo de colonização de Juína, houve um considerável crescimento da igreja evangélica na cidade ao passar dos anos; inclusive assim como no passado houve a catequização católica junto aos indígenas, em dias atuais há uma forte inserção de evangelizadores (neo)pentecostais nas aldeias de um modo geral. Assim, neste processo, a culturalização religiosa deste segmento proporciona rupturas geracionais em determinados povos originários; em exemplo, apesar da chegada da bebida alcóolica industrializada nas terras dos Enawenê-nawê, sua aversão ou posição antiálcool originalmente é fundamentada na crença de ser um tipo de bebida (fermentada) própria dos seres (espíritos) subterrâneos (IPHAN, 2006) e não por uma nova episteme que faz ser pecado à um Deus que não está em sua base cultural originária.

Apesar do distanciamento gigantesco das classes socioeconômicas da população juinense, seu PIB *per capita* aponta R\$ 25.195,72 e um IDH (PNUD/2000) alto de 0,749 (CENSO, 2010); e isso corrobora com uma análise de Mariz que apesar de ter observado um grupo distinto e de fora do Brasil em seus estudos, sinaliza que: “os que menos relataram problemas com bebidas foram os informantes que também pertenciam a famílias com maior condição material.” (2004, p.66) Com isso, é possível trazer como contribuição o texto “do incerto ao inacabado” de João Biehl para refletir quanto:

a inspiração deleuziana contribuiria na descoberta das materialidades e dos modos em que as pessoas vivem suas vidas e lutam para articular desejo, dor e conhecimento, imersas em constelações particulares que conectam representações culturais, economia política, experiência coletiva e subjetividades individuais (BIEHL 2016 apud Biehl; Good; Kleinman, 2007).

Visto isso, apesar do alcoolismo ser considerada uma doença para a OMS¹⁷ própria do indivíduo, é principalmente apontada por acarretar prejuízos ao organismo do indivíduo; mas não só isso, é constatado que afeta suas relações sociais com sua família, amigos e de convívios profissionais.¹⁸ Contudo, se observar a descrição dada pela OMS e os relatos trazidos por Mariz (2004) e a percepção de Biehl (2016), nos confirma que se traçado uma etnografia deste grupo de consumidores de bebida alcóolica em Juína, nos permitirá uma gama de resultados subjetivos individuais, atribuídos (ou não) à motivações e/ou situações deste embebedamento. Em que permite a percepção sobre o indivíduo que ingere bebidas alcóolicas todo dia em grandes quantidades e o que bebe pouco todo dia, mas tem alteração em seu organismo constantemente, é um indivíduo doente, mas com traços culturalmente coerentes. Haja visto, dependendo de sua classe econômica, não será percebido como um problema e ainda é conectado culturalmente a representação particular desta sociedade; não deixando de ser uma memória/experiência dita coletiva a época conectada e vivenciada, ou ainda importante por ser contribuinte direto da economia (política?) do município.

Mas como nem todas as pessoas estão no grupo privilegiado economicamente e que o alcoolismo não é possível ser omitido ou permissivo em seu grupo social, faz-se necessário o acompanhamento social destas pessoas e a condução adequada para tratamento da doença. Contudo, em Juína dispõem de uma Casa de Passagem para pessoas que sofrem algum tipo de abandono, ameaça ou se encontram em situação de rua, e de uma Casa de Recuperação, a Abenezer. Ambas se caracterizam como Comunidades Terapêuticas (CTs) e dispõem de assistência psicossocial, que visam propiciar a jovens e adultos (do sexo masculino) uma oportunidade de recuperar-se do vício em drogas lícitas (bebidas alcóolicas) ou ilícitas (drogas em geral). Porém, as duas seguem uma característica que tem sido comum dentre a maioria das CTs, que é a implementação da moral cristã; em que prioriza a proposta

¹⁷ Organização Mundial de Saúde

¹⁸ Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/alcoolismo/>

da atual Política de Drogas (BRASIL, 2019) que é dada pela adoção da abstinência e recriminação da vida levada pelo indivíduo, o convencendo a conversão com uma nova episteme, de aceitação do evangelho e de Jesus Cristo.

Porém, esta realidade é um caso técnico-político-social que força a reflexão nas linguagens das políticas de Estado, sob a pesquisa etnográfica mesmo que subjetiva, dos impactos aos vulneráveis ao alcoolismo de fato. Visto que, alcoolismo é um caso de Saúde Pública e não uma demanda religiosa ou até mesmo de classe social, precisa-se buscar os recursos necessários para a eficácia do tratamento; e não ter como método a evangelização contemporânea e a crença de que a abstinência sob a conversão religiosa é a solução adequada aos dependentes. Porém, o direito a saúde requer garantias que atualmente não estão sendo executadas, pois apesar de termos garantias em Lei dos direitos à Saúde e estarmos em um Estado laico, as matrizes religiosas do segmento cristão hoje dispõem de inúmeras Comunidades Terapêuticas pelo Brasil; e como em Juína não é diferente, durante sua 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental realizada em 2021, foi relatado por profissionais da Assistência Social e confirmado por usuários do Sistema de Saúde, que a vertente religiosa é o que gera repulsa aos indivíduos que buscam recuperação nas CTs e não a infraestrutura como um todo, por exemplo.

Entretanto, cabe trazer a percepção da natureza sociológica do conflito de Georg Simmel (Moraes Filho, 1983), em que ele relaciona a competição do interior do grupo com a estrutura do grupo, em que apresenta causas/fatores (como ódio, inveja, necessidade, desejo etc.) como elementos de sociação. Mas por quê? Não é intenção julgar o objetivo político da religião, mas é possível compreender um cenário de disputa de Igrejas com ideologias (neo)pentecostais bem diferentes entre si; cujo objetivo é captar/alcançar os fiéis dos quais tenham o perfil/características que ajudem a posicionar o líder religioso com destaque na comunidade. Haja visto que, enquanto as CTs trabalham sob metodologia de linha pentecostais e impondo a abstinência e/ou anti bebidas alcólicas, há núcleos (neo)pentecostais organizado com templos religiosos que aceitam que seus fiéis consumam bebidas alcólicas; porém, claramente desde a sua localização até o público frequentador da igreja, que se enquadrariam nas características do grupo que Mariz (2004) se referia quanto aos que menos teriam problemas com bebidas alcólicas, em seus estudos.

Simmel (ibid) consegue contribuir com várias percepções e nos ajudar a fazer uma síntese do papel ético nas interações sociais presentes na unidade deste território, em que podemos observar que elementos negativos e duais jogam um papel inteiramente positivo (aos olhos do grupo) neste quadro abrangente, apesar da destruição que podem vir causar em relações particulares. Em exemplo, o caso da Lei Seca no município, que levou tensão aos apoiadores (relações particulares) do Prefeito, mas que uniu uma grande parcela da sociedade juinense (consumidores e vendedores de bebidas alcólicas) independente da sua legenda política. Visto que, esta situação se encaixaria perfeitamente sob o conceito do conflito como força integradora do grupo, pode-se também reconhecer que o conceito de homogeneidade e heterogeneidade traça o objetivo de modificar forças para a coerência; desde a questão relatada das igrejas/ideologias (neo)pentecostais como o antagonismo como produto, retratado o atraso da selva com a modernidade da cidade e, a ação classista/hierarquizante de distinção econômica, regional, e profissional dos consumidores de bebida alcóolica, que também foi uma marca na socialização deste povo juinense.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE ENSAIO

Apesar da total compreensão dos malefícios que o consumo excessivo de bebidas alcólicas pode desenvolver, buscou-se retratar uma percepção do grupo observado sem nenhum juízo de valor ou de julgo. Contudo, inegável que a visão pejorativa e denominação de alcóolatra está sempre ligado a pessoas de menor condição financeira, e quando não ao se referir pejorativamente ao estilo de vida dos povos originários: “-Bando de bêbados que ficam lá sem fazer nada. Não trabalham e nem produzem nada para ganhar dinheiro!”¹⁹

Haja visto que, independentemente se é por meio da chicha em sua dieta tradicional ou se há recorrência do consumo de bebidas alcólicas industrializadas por parte de indígenas atualmente, não foi objeto deste ensaio tal investigação. Contudo, cabe uma observação plausível quanto ao fato de que se os indígenas seguem em seu estilo de vida, de “ócio” ou de atividades não capitalistas aos olhos dos não indígenas, ou em seu momento de socialização com os parentes no seu

¹⁹ Fala recorrente de indivíduos em bares e em grupos que são a favor da remarcação de terras indígenas para expansão do agronegócio.

isolamento na mata e se embriagam; a pandemia veio mostrar-nos que o não indígena residente em Juína não está distante desta mesma forma de aproveitar do seu momento de socialização com amigos e familiares, e muito menos de que diverge dos costume de consumir em grandes quantidades bebidas alcóolicas em situações de afastamento/isolamento social.

Logo, pode-se compreender de que apesar dos subgrupos sociais que foram se agregando ao longo do tempo neste território, hoje temos uma sociação com unidade própria e uma sociedade que dispõe de características na qual pode-se denominar uma cidadania juinense. Sendo assim, do passado ao presente, da mata ao urbano, do pobre ao milionário, este ensaio etnográfico cumpriu o papel de mostrar que apesar dos antagonismos políticos partidários e socioeconômicos, é possível observar as interações sociais do povo juinense através das relações/interações etílicas constituídas nesta sociedade.

6 – REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BIEHL, João. **Antropologia entre o inesperado e o inacabado**: entrevista com João Biehl. Horiz. antropol. 22 (46) • Jul-Dec 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/4xkyxd8YMRRkcXvXZx7nbMh/?lang=pt#>.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Organização e tradução Celso Castro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BRASIL. **Decreto Nº 9.761, de 11 de abril de 2019**. Aprova a Política Nacional de Drogas.

BRASIL. **CENSO Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

DAL POZ NETO, João. **Dávivas e Dívidas na Amazônia: Parentesco, economia e ritual nos Cinta-Larga**. / João Dal Poz Neto – Campinas, SP: [s.n.], 2004.

DAS, Veena. Cap. 1 O Evento e o cotidiano e Cap 4. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. Em: **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. SP: Editora Unifesp, 2020.

Dossiê IPHAN. **Ritual Yaokwa – Povo Enawene Nawe** : Vale do Juruena. Mato Grosso. Brasil. 2006.

ESTATUTO DO ÍNDIO. **Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acessado: 28/01/2022.

MARIZ, Cecília. **Embragados no Espírito Santo: reflexões sobre a experiência pentecostal e o alcoolismo**. Antropolítica (UFF), Niterói, n.15, p. 61-80, 2004.

MOTA, Leonardo de Araújo. **Pecado, crime ou doença? Representações sociais da dependência química**. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, 2008.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. **O Amazônico e as Representações sobre os Seringueiros e a Natureza Amazônica**. Izabel Cavalcanti Ibiapina Parente – Brasília-DF. 2018.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. **Rickbaktsa: um estudo de Parentesco e Organização Social**. Paula Wolthers de Lorena Pires. São Paulo-SP. 2009.

SANTOS, Júlio César dos. **A Fronteira Noroeste: Entre Colonos e Garimpeiro em Juína-MT**. XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal-RN. 22 a 26 de julho, 2013.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo. Georg Simmel: **sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

UTUMY, Edson; LEÃO, Marcelo Franco. **Descrição dos frutos nativos utilizados na alimentação do povo Rickbaktsa**. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol.8, nº3, p.423-451, SET/DEZ 2018.

VAN DE PORT, Mattijs. **O Corpo não fecha**. 10º FIFER – Festival Internacional do Filme Etnográfico do Recife. 2020.